

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e
Relatório dos Auditores Independentes*

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balancos patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 22

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
São José dos Campos - SP

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2022.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em Reais**

	Nota	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		79.870.684	61.593.958
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.674.724	349.981
Realizável		78.195.960	61.243.977
Aplicações	5	36.577.770	28.210.873
Títulos e Créditos a Receber	6	33.420.204	27.153.520
Estoque	7	5.013.204	4.388.906
Outros Créditos a Receber	7	3.184.782	1.490.678
ATIVO NÃO CIRCULANTE		91.241.436	81.856.709
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.823.538	2.715.041
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	8	3.823.538	2.715.041
IMOBILIZADO	9	85.534.426	77.272.213
Imóveis de uso Próprio - Hospitalares		36.297.403	36.724.421
Imóveis de uso Próprio - Não Hospitalares		4.277.937	5.721.819
Bens Móveis -Hospitalares		15.047.940	14.566.596
Bens Móveis - Não Hospitalares		2.597.320	1.966.407
Outras Imobilizações - Hospitalares		27.300.119	18.279.263
Outras Imobilizações - Não Hospitalares		13.707	13.707
Intangível	10	1.883.472	1.869.455
TOTAL DO ATIVO		171.112.120	143.450.667

Alana Carmo Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1

Paulo César Amadeu
Administrador

Ivã Molina
Provedor

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
 Em Reais**

	Nota	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		47.030.408	38.076.130
Débitos de Operação com Honorários Médicos		9.885.655	7.764.108
Tributos e Contribuições	11	1.882.585	1.644.291
Parcelamentos Impostos e Fgts	12	406.233	370.596
Empréstimos e Financiamentos	13	8.610.079	8.860.191
Salários e Rescisões		3.038.878	2.653.021
Provisões Férias e 13º salário		4.090.393	3.753.409
Fornecedores Bens e Serviços		13.812.399	6.377.656
Subvenções a Realizar	14	955.762	955.762
Débitos Diversos	15	4.348.424	5.697.096
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		63.039.235	62.652.319
Provisões	23	1.271.020	1.206.176
Tributos e Contribuições a Recolher - Parcelamento	12	8.080.887	8.458.807
Empréstimos e Financiamentos	13	44.362.293	45.116.979
Outras Exigibilidades	16	4.504.199	2.644.172
Subvenções a Realizar	17	4.820.836	5.226.185
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		61.042.477	42.722.218
Patrimônio líquido		61.042.477	42.722.218
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		171.112.120	143.450.667

Alana Carmo Simões Ribeiro
 Contadora
 CRC 1SP330055/O-1

Paulo César Amadeu
 Administrador

Ivã Molina
 Provedor

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOSCAMPOS

Demonstração do Resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em Reais

	Nota	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		254.083.169	174.457.058
Convênios		208.838.100	128.227.488
SUS		40.222.328	42.584.786
SUS – Complemento COVID-19	19	3.456.000	1.728.000
Contratuais Davita - Valeclin		1.566.741	1.916.784
TOTAL DAS RECEITAS		254.083.169	174.457.058
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
(-) Glosas		(536.496)	(812.996)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		253.546.673	173.644.062
DESPESAS OPERACIONAIS		(144.769.036)	(96.901.284)
Serviços Médicos Prestados		(70.562.657)	(60.794.855)
Materiais, Medicamentos de Insumos Hospitalares		(74.206.379)	(36.106.429)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(92.099.213)	(79.466.547)
Salários e Encargos		(68.549.252)	(60.027.382)
Depreciação		(2.760.416)	(2.510.406)
Amortização		(87.005)	(142.594)
Propaganda e Publicidade		(187.071)	(239.096)
Manutenção Geral		(5.155.243)	(3.060.159)
Serviços Prestados de Terceiros		(4.182.685)	(3.459.047)
Provisão para Perdas		(2.752.668)	(2.483.255)
Serviços Voluntariados	26	(978.713)	(888.445)
Despesas Gerais	18	(7.446.160)	(6.656.163)
RESULTADO FINANCEIRO		(16.309.371)	(8.178.100)
Despesas Financeiras		(17.983.100)	(8.640.856)
Receitas Financeiras		1.673.729	462.756
RECEITAS PATRIMONIAIS		720.311	171.798
Aluquél		154.995	171.798
Desapropriação de Terreno	20	565.316	-
OUTRAS RECEITAS		17.661.515	20.253.284
IAC		2.388.543	2.388.545
Rede Cegonha		844.324	844.324
Sustentável		6.735.900	6.707.834
Subvenções	20	505.350	3.783.570
Emenda Parlamentar	19	2.245.856	2.550.000
Comple. Portarias Tratamento Pacientes	19	691.813	-
Auxílio Solidariedade		534.074	366.478
Doações	20	944.436	1.760.386
Receitas Diversas	20	1.792.506	1.523.702
Serviços Voluntariados	26	978.713	888.445
SUPERÁVIT /(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		18.750.879	9.523.213

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alana Carmo Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1

Paulo Cesar Amadeu
Administrador

Ivã Molinas
Provedor

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em Reais**

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit (Déficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	41.217.844	-	41.217.844
Ajuste de exercícios anteriores	-	(8.018.839)	(8.018.839)
Transferência para patrimônio social	(8.018.839)	8.018.839	-
Superávit do exercício	-	9.523.213	9.523.213
Transferência para patrimônio social	9.523.213	(9.523.213)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	42.722.218	-	42.722.218
Ajuste de exercícios anteriores (nota 28)	-	(430.620)	(430.620)
Transferência para patrimônio social	(430.620)	430.620	-
Superávit do exercício	-	18.750.879	18.750.879
Transferência para patrimônio social	18.750.879	(18.750.879)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	61.042.477	-	61.042.477

Alana Carina Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1

Ivã Molina
Provedor

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paulo César Amadeu
Administrador

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Demonstração das Demonstrações do Fluxo de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais**

DESCRIÇÃO	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Superávit (déficit) do período	18.750.879	9.523.213
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.832.087	2.798.276
Perdas (ganhos) na alienação sobre ativo imobilizado	1.865.238	1.116.731
Ajustes de Exercícios anteriores	(430.620)	(8.018.839)
Redução (aumento) do ativo		
Créditos de operações	(7.110.685)	998.027
Bens e títulos a receber	(2.318.402)	(1.146.832)
Realizável a longo prazo	(264.495)	(88.694)
Aumento (redução) do passivo		
Débitos com operações. de assistência. à saúde	2.121.546	(40.504)
Provisões	336.983	118.174
Tributos e encargos sociais a recolher	273.931	(363.729)
Débitos diversos	6.471.930	2.521.518
Passivo não circulante	1.141.600	1.897.129
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades	23.669.992	9.314.470
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aumento de ativos imobilizados	(12.953.554)	(4.203.686)
Aumento de ativos intangíveis	(20.000)	-
Geração (Utilização) de caixa em atividades de investimentos	(12.973.554)	(4.203.686)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Aumento de empréstimos	(250.112)	849.773
Pagamento de empréstimos	(754.685)	13.297.308
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(1.004.798)	14.147.080
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	9.691.640	19.257.864
Caixa e equivalentes mais aplicações no Início do Período	28.560.854	9.302.990
Caixa e equivalentes mais aplicações no Fim do Período	38.252.494	28.560.854
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	9.691.640	19.257.864

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alana Carmo Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1

Paulo César Amadeu
Administrador

Ivã Molina
Provedor

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos, fundada em 15 de agosto de 1899, é uma Sociedade Civil de natureza e finalidades filantrópicas de caráter geral, sem intuítos lucrativos, com sede e foro em São José dos Campos, Estado de São Paulo. É uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que pertence, e é administrada e mantida pela Irmandade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e a legislação específica de Entidades Sem Fins Lucrativos.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos.

b) Apuração do resultado do exercício

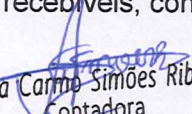
As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

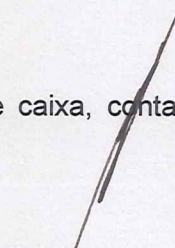
Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.


Alana Carina Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1


Paulo César Amadeu
Administrador


Ivã Molina
Provedor

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Títulos e Créditos a receber

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Baseada na análise dos valores a receber em aberto, a Administração da entidade entende não ser necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

Estoques

São demonstrados ao custo médio das compras, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Ativo imobilizado


Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

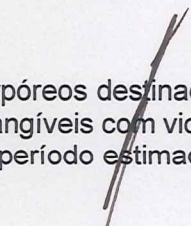
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.


Alana Carmo Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1


Paulo César Amadeu
Administrador


Ivã Molina
Provedor

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2021	2020
Caixa	12.407	13.747
Bancos	1.662.317	336.234
Total	1.674.724	349.981

5. APLICAÇÕES

Descrição	2021	2020
Banco do Brasil	1.411.487	1.534.137
Banco Santander	17.816.319	8.974.028
Caixa Econômica Federal	1.155.350	1.108.193
Banco Safra	-	12.638.381
Bradesco	3.921.988	3.956.134
XP Investimentos	893	-
Banco BTG	12.271.733	-
Total	36.577.770	28.210.873

Alana Carmo Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1

Paulo César Amadeu
Administrador

Ivã Molina
Provedor

6. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Descrição	2021	2020
Convênio	10.401.991	8.669.344
Glosas Recursadas	14.110.476	10.096.768
Glosa a Recursar	2.205.930	2.612.972
SUS	6.509.219	5.345.452
Particular	1.200	285.077
Cartão de Crédito Paciente	191.388	143.907
Total	<u>33.420.204</u>	<u>27.153.520</u>


7. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A CURTO PRAZO


Descrição	2021	2020
Consultoria Hospital Cruzeiro	20.749	276.750
Adiantamentos (Folha Pag. – Fornecedores)	588.132	593.963
Iac e Rede Cegonha	269.406	269.406
SUS Complemento COVID-19	288.000	288.000
Conta transitória	-	37.311
Estoques (próprio e terceiro)	5.013.204	4.388.906
Outros (Cheques, Seguros, Contrato Santander)	2.018.495	25.248
Total	<u>8.197.986</u>	<u>5.879.584</u>

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO

Descrição	2021	2020
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	2.157.814	2.057.224
Depósitos Judiciais - Fiscais e Cíveis	9.405	8.986
Cobranças Judiciais Convênios	1.349.685	505.683
Depósito Caução - Aluguel	106.500	106.500
Consórcio e Hospital Taubaté	200.134	36.648
Total	<u>3.823.538</u>	<u>2.715.041</u>


 Alana Carina Simões Ribeiro
 Contadora
 CRC 1SP330055/O-1


 Paulo César Amadeu
 Administrad.


 Ivã Molina
 Provedor

9. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

Descrição	Taxa	Saldo	Adições	Baixas	Transferência	Saldo
	Anual	31.12.2020				31.12.2021
Custo	%					Atribuído
Terrenos		25.424.944	-	(1.827.114)	-	23.597.830
Edificações	4%	26.738.191	59.287	(8.833)	(243.874)	26.544.771
Instalações	10%	2.192.525	40.117	-	127.769	2.360.411
Máquinas e equipamentos	10%	26.689.909	2.386.682	(638.103)	645.270	29.081.998
Computadores e periféricos	20%	2.135.702	326.211	(14.404)	30.979	2.478.488
Móveis e utensílios	10%	5.877.581	293.270	(109.599)	48.007	6.152.189
Veículos	20%	355.416	-	-	-	355.416
Construção em andamento		16.355.447	8.493.886	-	(606.470)	24.201.693
Equipamentos de telefonia	10%	88.534	-	-	(1.681)	86.853
Benfeitorias bens de terceiros	4%	1.114.514	1.354.102	-	-	2.468.616
Total		106.972.763	12.953.555	(2.598.053)	-	117.328.265
Depreciação Acumulada						
Edificações		(10.672.713)	(393.970)	10.433	4.708	(11.051.542)
Instalações		(376.479)	(65.732)	-	190.107	(252.104)
Máquinas e equipamentos		(13.300.984)	(1.789.371)	638.118	(305.710)	(14.757.947)
Computadores e periféricos		(1.287.658)	(178.311)	14.155	(6.843)	(1.458.657)
Móveis e utensílios		(3.185.621)	(293.656)	68.429	117.738	(3.293.110)
Veículos		(213.825)	(21.390)	-	-	(235.215)
Equipamentos de telefonia		(72.449)	(2.652)	1.680	-	(73.421)
Benfeitorias bens de terceiros		(590.821)	(81.022)	-	-	(671.843)
Total		(29.700.550)	(2.826.104)	732.815	-	(31.793.839)
Total		77.272.213	10.127.451	(1.865.238)	-	85.534.426

10. INTANGÍVEL

Descrição	Taxa	Saldo	Adições	Baixas	Transferências	Saldo
	Anual	31.12.2020				31.12.2021
Intangível						
Software	20%	2.979.492	20.000	-	-	2.999.492
Marcas e Patentes		3.329	-	-	-	3.329
Total		2.982.821	20.000	-	-	3.002.821
Amortização Acumulada						
Software		(1.113.366)	(5.983)	-	-	(1.119.349)
Total		(1.113.366)	(5.983)	-	-	(1.119.349)
Total		1.869.455	14.017	-	-	1.883.472

Alana Carmo Simões Ribeiro
 Contadora
 CRC 1SP330055/O-1

Paulo César Amadeu
 Administrador

Ivã Molina
 Provedor

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Descrição	2021	2020
FGTS – FGTS Multa (Folha Pag.)	494.628	445.685
IRRF (Folha. Pag., Terceiros PF e Terceiros PJ)	669.998	584.348
INSS (Folha Pag. e Terceiros)	454.528	317.637
CSLL/PIS/COFINS (Terceiros)	226.406	239.413
ISS (Impostos e Taxas Municipais)	32.610	52.832
Outros (IPTU e Contribuições Sindical - Confederativa)	4.415	4.376
Total	1.882.585	1.644.291

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER – PARCELAMENTO

Descrição	Tipo	No.	Venc.	Passivo	Passivo	2021	2020	
				Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Multa DCTF	1345	Selic	11	22/11/2022	81.076	-	81.076	234.633
Imposto de Renda	1285	Prosus	08	31/08/2020	-	4.501.217	4.501.217	4.501.217
FGTS	324	-	40	01/07/2024	325.157	341.506	666.663	855.390
Imposto de Renda	1194	Prosus	56	31/08/2024	-	988.769	988.769	988.769
Previdência Social	1233	Prosus	92	31/08/2024	-	2.249.395	2.249.395	2.249.394
Total					406.233	8.080.887	8.487.120	8.829.403

Nota Prosus: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos requereu a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atual na Área da Saúde e que participam de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (PROSUS) tal pedido de moratória foi DEFERIDO, nas condições estabelecidas pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 e Portaria Conjunta PGFN / RFB nº 3 de fevereiro de 2014, alcançando as dívidas tributárias e não tributárias, inclusive com exigibilidade suspensa, vencidas até 31 de março de 2014. Sendo que com o deferimento dos processos administrativos nº 13884.720313/2015/16 e nº13884. 720312/2015-71 em trâmite na Receita Federal e Procuradoria sucessivamente estamos no aguardo da remissão da dívida.

Alana Carrão Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1

Paulo Cesar Amadeu
Administrador

Ivã Molina
Provedor

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Descrição</u>	<u>Tipo</u>	<u>Tipo Taxa</u>	<u>No. Parcelas</u>	<u>Venc.</u>	<u>C. Prazo</u>	<u>L. Prazo</u>	<u>2021 Total</u>	<u>2020 Total</u>
Brasil	Desenvolve SP -BNDES	3,57%	37	15/01/2025	1.736.926	4.047.529	5.784.454	7.645.100
Bradesco	Empréstimo	0,80% a.m.	-	20/02/2024	-	-	-	3.824.614
Bradesco	Empréstimo	0,89% a.m.	-	18/04/2024	-	-	-	990.334
Bradesco	Empréstimo	0,84% a.m.	-	17/05/2027	-	-	-	46.102.983
Santander	Finame	6,9% a.a.	-	17/05/2021	-	-	-	90.775
Cartão de Crédito Safra	Cartão Crédito	-	-	-	-	-	-	902
Cartão de Crédito Elo	Cartão Crédito	-	-	-	154.613	-	154.613	206.511
Cartão de Crédito Bradesco	Cartão Crédito	-	-	-	54.472	-	54.472	114.248
Santander	Leasing	13,41% a.a.	19	27/07/2023	86.961	66.560	153.521	224.650
Santander	Leasing	11,42% a.a.	9	04/09/2022	25.613	-	25.613	59.763
Santander	Leasing	0,93% a.m.	3	13/03/2022	7.458	-	7.458	35.995
Santander	Leasing	15,7% a.a.	8	05/08/2022	40.742	-	40.742	118.983
Santander	Empréstimo	1,09% a.m.	66	15/06/2027	8.091.858	33.328.572	41.420.430	11.360.258
Safra	Leasing	0,94% a.m.	22	28/10/2023	47.705	39.754	87.459	135.163
Santander	Obra BNDES	1,64% a.m.	81	15/10/2038	874.530	17.098.924	17.973.454	-
Total Principal					11.120.878	54.581.339	65.702.216	70.910.279
Juros e Encargos a Apropriar.					(2.510.799)	(10.219.046)	(12.729.845)	(16.933.109)
Total Geral					8.610.079	44.362.293	52.972.372	53.977.170

13.1. EMPRÉSTIMO BNDES

Em abril de 2021 a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos recebeu a primeira liberação da parcela conforme Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito sob nº 20.2.0318.1 do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, no valor de R\$10.000.000,00.

NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO

O BNDES abre à BENEFICIÁRIA, por este Contrato, um crédito no valor de R\$ 32.427.365,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta e cinco reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes observado o disposto no Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda de Disponibilidade do Crédito, dividido em 02 (dois) Subcréditos, nos seguintes valores e finalidades:

I - Subcrédito "1": R\$ 28.427.365,00 (vinte e oito milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta e cinco reais), destinados à ampliação da capacidade de atendimento do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos (SP), por meio do aumento do número de salas cirúrgicas e de leitos de internação e UTI;

Alana Carmo Simões Ribeiro
Contadora
CRC 18P330055/O-1

Paulo César Amadeu
Administrador

Ivã Molina¹⁵
Provedor

II - Subcrédito "2": R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), destinados ao capital de giro associado ao projeto a que se refere o inciso I do caput desta Cláusula.

DISPONIBILIDADE DO CRÉDITO

O crédito será posto à disposição da BENEFICIÁRIA, parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação referidas na Cláusula Décima Primeira (Condições de Liberação da Colaboração Financeira), em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA BENEFICIÁRIA

Obriga-se a BENEFICIÁRIA a:

Apresentar anualmente ao BNDES, até 30 (trinta) de junho, demonstrações financeiras da BENEFICIÁRIA, auditadas por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários, até final liquidação de todas as obrigações assumidas neste Contrato;

Apresentar ao BNDES, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir do dia seguinte ao término do prazo de execução, alvará/licença/autorização de funcionamento, que contemple o escopo do projeto, emitido (a) pelo órgão de vigilância sanitária competente;

Manter os seguintes índices econômico-financeiros apurados com base em demonstrações financeiras auditadas por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme o que segue:

a) com relação ao exercício de 2020:

(Dívida Líquida/EBITDA) igual ou inferior a 4,0;

b) A partir do exercício de 2021 e durante a vigência do Contrato de Financiamento:

(Dívida Líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,5.

Os termos mencionados nos itens a e b têm para efeitos deste Contrato, os seguintes significados:

- a) **Dívida Líquida** = Dívida Onerosa (Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Financiamentos por Arrendamento Financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados no Passivo Circulante ou Não Circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras;

Alana Carmo Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1

Paulo César Amadeu
Administrador

Ivã Molina
Provedor

b) **EBITDA** = resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões:

DESCRIÇÃO	2021	2020
(+) Receita	273.602.227	194.531.902
(-) Despesa	254.851.348	185.008.689
(=) Superávit/Déficit	18.750.879	9.523.213
(+) Provisão perdas	2.752.669	2.483.255
(+) Depreciação e Amortização	2.847.421	2.653.000
(+) Taxas/Tributos/Contingências legais	952.610	1.498.366
(+) Despesas financeiras	17.983.100	8.640.856
(-) Receitas Financeiras	(1.673.729)	(462.755)
TOTAL EBITIDA	41.612.950	24.335.934


Portanto:

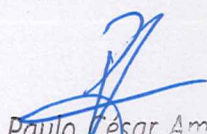
Dívida líquida/Ebitda = Volume de dívidas (Passivo Oneroso) – Disponibilidades/EBITDA:


Descrição		2021	2020
Passivo Oneroso (empréstimos e financiamentos)	(+)	65.702.217	70.910.279
Disponibilidades (caixas, bancos, aplicações)	(-)	38.252.494	28.560.854
Dívida Líquida	(=)	27.449.723	42.349.423
Ebitda	(/)	41.612.950	24.335.934
Dívida Líquida / Ebitda (realizado)	(=)	0,66	1,74
Dívida Líquida / Ebitda (esperado)		igual ou menor a 3,5	igual ou menor a 4,0

14.SUBVENÇÕES A REALIZAR

Descrição	2021	2020
Projeto Time mania	955.762	955.762
Total	955.762	955.762


Alana Carmo Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1


Paulo César Amadeu
Administrador


Ivã Molina
Provedor

15. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	2021	2020
Conta de Energia	275.031	35.212
Cheques a Pagar	8.706	20.285
Parcelamento Bandeirante	254.545	968.264
Comgás	24.677	19.811
Conta de Água	82.860	24.089
Conta Telefônica	12.488	13.697
Acordo Trabalhista	1.314.159	2.865.629
Outros (Obrigações Trabalhistas, Dep. Antecipado, Transitória Convênios, Aluguéis e Contrato Santander)	2.375.958	1.750.109
Total	4.348.424	5.697.096

16. OUTRAS EXIGIBILIDADES (LP)

Descrição	2021	2020
Acordo Trabalhista	2.837.533	2.607.477
Parcelamento Bandeirantes (Energia)	-	36.695
Contrato Santander – Acordo Comercial	1.666.666	-
Total	4.504.199	2.644.172

17. SUBVENÇÕES A REALIZAR (LP)

Descrição	2021	2020
Projetos a Realizar	4.618.119	5.102.984
Subvenções	202.717	123.201
Total	4.820.836	5.226.185

18. DESPESAS GERAIS

Descrição	2021	2020
Aluguéis	1.846.083	1.044.140
Aluguel IEP	206.134	141.463
Utilidades	3.404.363	2.950.307
Judiciais e Contingências	776.965	1.117.629
Projeto Timemania	-	195.309
IEP	339.758	141.463
Outros (Campanhas e Eventos, Viagens, Veículos, Cartório, Seguros)	872.857	1.065.852
Total	7.446.160	6.656.163

Alana Carmo Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1

Paulo César Amadeu
Administrador

Ivã Molins
Provedor

19. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

2021:

Descrição	Projeto	Modalidade	2021	2020
SUS	Complemento COVID-19	Custeio	3.456.000	1.728.000
Emenda Parlamentar	Estadual	Custeio	100.000	1.300.000
Emenda Parlamentar	Federal – Incremento MAC	Custeio	2.045.856	1.250.000
Emenda Parlamentar	Estadual – Convênio 288/2021	Investimento	100.000	-
Complemento Portarias	Tratamento Pacientes – Hemodiálise – COVID 19	Custeio	691.813	-
Total			6.393.669	4.278.000


20. RECEITAS DIVERSAS E DESAPROPRIAÇÃO

	2021	2020
Ações Judiciais, Consultoria	646.775	734.743
IEP (Cursos e Treinamentos)	1.145.731	788.959
Subvenções	505.350	3.783.570
Doações (Med. Matérias Hosp., Espécie e PJ/PF)	944.436	1.180.386
Desapropriação Terreno (Proc. N°0574193-32.2009.8.26.0577)	565.316	-
Total	3.807.608	6.487.658

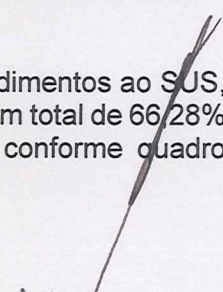
21. ATENDIMENTOS SUS

No cumprimento das exigências legais emanadas na Lei n.º 12.101/ 2009 e seus respectivos decretos regulamentadores, bem como a portaria 834/2016.

A Entidade realizou durante os exercícios de 2021 e de 2020 diversos atendimentos ao SUS, que aplicado à nova regra, conforme portaria 834 de 27/04/2016, resultou num total de 66,28% e de 72,92% de atendimento aos pacientes do SUS, respectivamente, conforme quadro abaixo:


 Alana Carmo Simões Ribeiro
 Contadora
 CRC 1SP330055/O-1


 Paulo César Amadeu
 Administrador


 Ivã Molina
 Provedor

Em 2021

ATENDIMENTOS	SUS	NÃO SUS	TOTAL
Paciente - dia (Fonte MS)	27.471	24.084	51.555
% (Percentual)	53,28%	46,72%	100%
% de atendimento ambulatorial (SIA)	10,00%	Port. GM/MS 834/2016	
Rede cegonha	1,50%	Portaria MS-GM nº11/2015	
Rede oncologia	1,50%	Portaria MS-GM nº3.679/2018	
TOTAL % Atendimento SUS	66,28%		

Em 2020

ATENDIMENTOS	SUS	NÃO SUS	TOTAL
Paciente - dia (Fonte MS)	24.156	16.160	40.316
% (Percentual)	59,92%	40,08%	100%
% de atendimento ambulatorial (SIA)	10,00%	Port. GM/MS 834/2016	
Rede cegonha	1,50%	Portaria MS-GM nº11/2015	
Rede oncologia	1,50%	Portaria MS-GM nº3.679/2018	
TOTAL % Atendimento SUS	72,92%		

22. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Descrição	2021	2020
Isenção INSS	15.919.793	13.768.786
TOTAL	15.919.793	13.768.786

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2021 e de 2020, correspondem aos montantes de R\$15.919.793 e de R\$ 13.768.786, respectivamente.

23. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

Descrição	2021	2020
Passiva Provável	1.271.019	1.206.176
Passiva Possível	74.007.237	58.150.868
TOTAL	75.278.256	59.357.044

O corpo Jurídico da Santa Casa analisou e classificou todos os processos quanto à contingência – ativa ou passiva – em provável, possível ou remota, justificando cada processo em fichas próprias, onde constam todas as informações necessárias aos auditores, além da competente assinatura, carimbo e registro na Ordem dos Advogados do Brasil de cada um dos respectivos patronos das causas.

Alana Carolina Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1

Paulo César Amadeu
Administrador

Ivã Molina
Provedor



Em virtude desse trabalho, foi possível aos administradores relacionar cada uma das situações, restando, pois, as seguintes providências:

As ações de contingência passiva provável somam o montante de R\$1.271.020 em 31.12.2021 (Em 2020 – R\$1.206.176) e foi constituída a devida provisão de contingência lançada em conta própria. As ações de contingência passiva possível somam o montante de R\$74.007.237 em 31.12.2021 (Em 2020– R\$58.150.868) e não foram contabilizadas, sendo oferecida apenas uma Nota Explicativa no balanço patrimonial do exercício de 2021, especificando o valor de cada uma delas, obedecendo à simples divulgação imposta pelas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As ações de contingência passiva remota não foram contabilizadas e não serão divulgadas, conforme permissivo pelas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, esclarecendo-se que as justificativas de contingências remotas foram devidamente avaliadas pelo corpo jurídico da Santa Casa.

As respectivas demandas contam, ou com a exclusão da Santa Casa de pólo passivo, ou então são demandas que detêm decisão judicial no sentido de procedência para a Santa Casa. As ações de contingências ativas possíveis, e de contingências ativas remotas, não foram contabilizadas e não serão divulgadas, conforme normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

24. PROCESSO JUDICIAL – PIS – Programa de Integração Social

A entidade não está recolhendo os pagamentos do PIS – Programa de Integração Social com base em Decisão Judicial que concedeu Antecipação de Tutela suspendendo a cobrança. Dessa forma, a administração optou em não recolher e constituir provisão.

25. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, PIS sobre FOPAG, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

26. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Descrição	2021	2020
Trabalho Voluntário	978.713	888.445
TOTAL	978.713	888.445

Durante os exercícios de 2021 e de 2020 a Entidade apurou um custo de R\$978.713 e de R\$888.445, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

27. COBERTURA DE SEGUROS

Descrição	2021	2020
Seguros	71.560.000	67.095.000
TOTAL	71.560.000	67.095.000

Alana Carmo Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1

Paulo César Amadeu
Administrador

Ivã Molina
Provedor

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Administração da entidade para cobrir eventuais riscos e perdas sobre o ativo imobilizado, no montante de R\$71.560.000 (Em 2020- R\$ 67.095.000).

28. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O ajuste de exercício anterior é referente à complemento de saldo de parcelamento com fornecedor, tributos e FGTS.

29. EFEITOS DO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


A Administração da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos da pandemia do COVID-19, em especial ao mercado brasileiro.

Em meados de março de 2020, iniciando-se as restrições de mobilidade humana preventiva aos impactos relacionados à pandemia decorrente do vírus COVID-19, recomendada pela Organização Mundial de Saúde e determinada pelas autoridades brasileiras, o cenário nacional e mundial para os negócios da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos apresentou significativas mudanças.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos vem recorrentemente sensibilizando seus colaboradores das medidas de enfrentamento ao COVID19 e adotando todos os protocolos para minimizar os impactos. Tais medidas fizeram com que os índices de contágio se mantivessem baixos, preservando a saúde e as vidas dos nossos colaboradores e assegurando que não houvesse impacto no nosso desempenho operacional.


Alana Carmo Simões Ribeiro
Contadora
CRC 1SP330055/O-1


Paulo César Amadeu
Administrador


Ivã Molina
Provedor